

# CÂMARA MUNICIPAL



DE

**LAGOA – AÇORES**

**ATA N.º 14/2018**

**DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 13 DE JULHO DE 2018**

(Contém 17 Folhas)

**ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:**

VICE-PRESIDENTE – RICARDO NUNO FERREIRA MARTINS MOTA

VEREADOR – CARLOS AUGUSTO BORGES RODRIGUES FURTADO

VEREADOR – FERNANDO JORGE VENTURA MONIZ

VEREADORA – ALBERTINA MARIA COSTA OLIVEIRA

VEREADOR – NELSON ANTÓNIO ROSA DOS SANTOS

VEREADOR – ROBERTO MANUEL DE SOUSA OLIVEIRA

**FALTOU O SEGUINTE MEMBRO:**

PRESIDENTE – CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO

**CÂMARA MUNICIPAL****DE****LAGOA – AÇORES****ATA N.º 14/2018****DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 13 DE JULHO DE 2018**

Aos treze dias do mês de julho do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Lagoa, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Lagoa, sob a Presidência do Exmo. Senhor Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota, na qualidade de Vice-Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos Exmos. Senhores Vereadores: Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado; Fernando Jorge Ventura Moniz; Albertina Maria Costa Oliveira; Nelson António Rosa dos Santos e Roberto Manuel de Sousa Oliveira.

Não compareceu à reunião a Senhora Presidente Cristina de Fátima Silva Calisto.

Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver «quórum» para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião, pelas 09:00 horas.

A reunião foi secretariada por Maria da Estrela Aguiar, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos.

**ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:**

O Senhor Vice-Presidente propôs à aprovação de todos os membros a ata da reunião ordinária de 29 de junho de 2018.

A Câmara tomou conhecimento e a ata da referida reunião foi aprovada, por unanimidade, conforme disposto no número 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, não tendo participado na votação o Senhor Vice-Presidente Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota, porque não esteve presente naquela reunião, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e será assinada pela Senhora Presidente e por quem secretariou a reunião.



### **JUSTIFICAÇÃO DE FALTA:**

O Senhor Vice-Presidente deu conhecimento à Câmara que justificou a falta da Senhora Presidente Cristina de Fátima Silva Calisto, de acordo com a alínea c) do artigo 39.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, competência que foi delegada em reunião de 25 de outubro de 2017. A Câmara tomou conhecimento.

### **ANTES DA ORDEM DO DIA:**

### **CONVITES:**

O Senhor Vice-Presidente deu conhecimento dos convites recebidos nesta Câmara Municipal, para as Festas de Nossa Senhora dos Remédios e da Matriz de Lagoa:

“O Pároco e o Presidente da Associação Cultural e Recreativa dos Remédios têm a honra de convidar Vossas Exas. para incorporarem na Procissão em honra de Nossa Senhora dos Remédios, que se realiza no próximo dia 15 de julho, pelas 19h00”;

“O Pároco e a Comissão de Festas têm a honra de convidar Vossas Exas. a incorporarem na Procissão em honra do Sagrado Coração de Jesus e de Nossa Senhora do Rosário, na freguesia de Santa Cruz, que se realiza no próximo dia 5 de agosto, pelas 18h00.”

Os Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira informaram que irão participar nas Procissões de Nossa Senhora dos Remédios e da Matriz de Lagoa.

A Câmara tomou conhecimento.

### **CANADA DA GALERA – CALOURA – ÁGUA DE PAU:**

O Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou o ponto de situação do processo, sito na Canada da Galera, Caloura, em Água de Pau, que foi apresentado pelos familiares do Senhor António José Amaral no período de intervenção aberto ao público, na reunião pública de 24 de novembro de 2017.

O Senhor Vice-Presidente passou a palavra ao Senhor Vereador Fernando Jorge Moniz, que ficou responsável por tratar deste assunto.

O Senhor Vereador Fernando Jorge Moniz informou que em relação à questão do muro do prédio de Nossa Senhora de Monserrate, na Canada da Galera, Caloura, foi feita uma vistoria ao local com técnicos desta Câmara Municipal e o Senhor Francisco Brandão Amaral, tendo a situação ficado esclarecida.

Sobre os assuntos relacionados com o trânsito, o Senhor Vereador Fernando Jorge Moniz informou que os mesmos foram presentes na reunião da Comissão de Trânsito, de 6 de

dezembro de 2017, e na reunião Camarária de 12 de janeiro do corrente ano, tendo sido deliberado, por aquela Comissão, não concordar com a colocação de sinal de proibição de trânsito pesado superior a 6,6 T, nem com a colocação de uma lombagem no início da referida via, devendo apenas ser instalado um sinal de proibição de velocidade superior a 30 Km, o qual já foi colocado.

A Câmara tomou conhecimento.

### **ORDEM DO DIA:**

### **PRESIDÊNCIA:**

### **PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA:**

O Senhor Vice-Presidente da Câmara apresentou a informação sobre a atividade camarária, com os seguintes assuntos:

- Clube de Patinagem de Santa Cruz alcançou 2.º e 4.º lugar no Portugal Cup – Artistic Skating;
- Câmara Municipal de Lagoa congratula ciclista João Paulo Amaral pelo título de vice-campeão nacional;
- Lagoa recebeu atuação do rancho folclórico alentejano “As Ceifeiras”;
- Cine Teatro Lagoense recebeu, nos dias 29 e 30 de junho, seminário “Liderança e gestão de equipas”;
- Centro Cultural da Caloura acolheu II Sarau de verão;
- Convento dos Franciscanos acolheu lançamento do livro “Qual o teu papel senão o de resistir?” de Júlio T. Oliveira;
- Judoca Lagoense selecionada para participar no open e estágio internacional de Santarém;
- Clube Náutico de Lagoa realizou encontro de windsurf;
- Autarquia Lagoense congratula Geraldo Andrade pelos 25 anos de carreira;
- Câmara Municipal de Lagoa promove atividades físicas para os Lagoenses com mais de 55 anos;
- Lagoa assinalou dia internacional sem sacos de plástico;
- Dia mundial dos oceanos celebrado na Lagoa;
- Câmara Municipal de Lagoa promove atividades ao ar livre;
- Autarquia Lagoense apoia estágio “Jovens à Descoberta” a 9 alunos da Escola Secundária de Lagoa;
- Câmara Municipal de Lagoa felicita João Furtado pela contratação no Marítimo;

- “Re...pensar o ensino da matemática: dinâmicas de promoção do sucesso escolar” decorre na Lagoa;
- Num local paradisíaco o Festival Caloura Blues promete ser sensacional;
- Lagoa acolhe sessão de esclarecimento sobre o novo Regulamento Geral de Proteção de Dados.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que no assunto “Câmara Municipal de Lagoa promove atividades ao ar livre” foi referido “... o Aquafit promoveu, no passado mês de maio, um inquérito aos seus sócios ...” e questionou se o Aquafit tem sócios.

O Senhor Vice-Presidente respondeu que o termo correto será “utilizadores” pelo que a informação será corrigida.

Sobre o assunto “Num local paradisíaco o Festival Caloura Blues promete ser sensacional” o Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou qual o valor do orçamento do Festival Caloura Blues e qual a previsão das receitas.

O Senhor Vice-Presidente passou a palavra à Senhora Vereadora Albertina Oliveira, responsável por esta área.

A Senhora Vereadora Albertina Oliveira informou que as despesas básicas estão orçadas entre os 60.000,00 € e os 70.000,00 €, que inclui a adjudicação a uma empresa para a promoção do evento que foi feita no valor de 54.000,00 €, mais a eletrificação do espaço, a segurança e o policiamento.

Em termos de arrecadação de receitas, estão previstas a venda dos bilhetes e a renda dos bares. Mais informou que o recinto tem a capacidade para a entrada diária de 2.500 pessoas.

Disse, ainda, que este é o primeiro ano que a Câmara Municipal realiza este evento num conceito novo e as expectativas são boas. Esta semana decorreu spots publicitários na RTP-Açores e para a próxima semana realizar-se-á uma campanha publicitária na rádio, com dez spots publicitários diários e a oferta de dois bilhetes diários.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou quais os serviços que inclui a adjudicação que foi feita à empresa para promoção do evento.

A Senhora Vereadora Albertina Oliveira informou que foi adjudicado à Empresa Projaçor – Consultadoria, Estudos e Projetos, Unipessoal, Lda. e o objeto da prestação de serviços: Promoção do evento Caloura Blues, incluiu a prestação dos seguintes serviços: cachets artísticos; logística dos artistas; produção dos eventos; equipamento som & luz; música ambiente; catering e camarins; design gráfico; assessoria de imprensa nacional; digital marketing; licenças S.P.A. e licenças passmúsica.

Informou, ainda, que o palco foi cedido pela Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas e a Câmara Municipal recebeu apoio de algumas Entidades, no sentido de minimizar as despesas. Todos os trabalhos relativos ao arranjo do espaço, onde decorrerá o evento, estão a cargo da Câmara Municipal.

O Senhor Vice-Presidente referiu que o evento realizar-se-á este ano num ambiente diferente e com boas condições. No final será avaliada toda esta situação.

A Câmara tomou conhecimento.

**O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado pediu para ausentar-se da reunião, não tendo participado na votação do ponto n.º 2.**

**PONTO N.º 2 – VOTO DE LOUVOR AO PROF. ALEXANDRE JOSÉ FERNANDES OLIVEIRA:**

Foi presente a proposta para atribuição de um Voto de Louvor ao Prof. Alexandre José Fernandes Oliveira, subscrita pela Senhora Presidente, que abaixo se transcreve:

“O Professor Alexandre José Fernandes Oliveira foi Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária de Lagoa, desde o ano letivo de 2014/2015, para além de ter sido membro do conselho executivo anterior durante vários anos, tendo terminado essas funções em junho, no final do ano letivo 2017/2018.

Considerando que, durante a sua liderança como Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária de Lagoa desenvolveu um exemplar trabalho em prol do sucesso daquele estabelecimento de ensino;

Considerando o rigor, perseverança e empenho profissional depositados durante o período em que esteve à frente dos destinos da Escola Secundária de Lagoa;

Considerando a forma determinada, ativa e dinâmica com que soube servir a escola, sempre com uma postura de simplicidade e humildade que mereceu o respeito e o apoio de toda a comunidade escolar;

Face ao exposto, proponho a atribuição de um voto de louvor ao Professor Alexandre Oliveira, como reconhecimento pela competência profissional e contributo, em prol do desenvolvimento sócio educativo do concelho de Lagoa, enquanto Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária de Lagoa.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade dos presentes:

**1.º** Aprovar a atribuição de um Voto de Louvor ao Prof. Alexandre José Fernandes Oliveira;

**2.º** Dar conhecimento deste Voto de Louvor ao Prof. Alexandre José Fernandes Oliveira.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado regressou à sala a fim de poder continuar a participar na presente reunião.

**PONTO N.º 3 – VOTO DE LOUVOR AO PROF. EDUÍNO MANUEL DA PONTE REGO:**

Foi presente a proposta para atribuição de um Voto de Louvor ao Prof. Eduíno Manuel da Ponte Rego, subscrita pela Senhora Presidente, que abaixo se transcreve:

“O Professor Eduíno Manuel da Ponte Rego desempenhou o cargo de Presidente do Conselho Executivo da Escola Básica e Integrada de Lagoa desde o ano letivo de 2003/2004, tendo terminado essas funções em junho, no final do ano letivo de 2017/2018.

Considerando que, ao longo da sua liderança como Presidente do Conselho Executivo da Escola Básica e Integrada de Lagoa desenvolveu um exemplar trabalho em prol do sucesso daquele estabelecimento de ensino;

Considerando o seu empenho profissional durante os 15 anos em que esteve à frente dos destinos da Escola Básica e Integrada de Lagoa;

Considerando a postura de simplicidade e humildade que sempre adotou no seio da comunidade escolar;

Considerando a caminhada de sucesso que a Escola Básica e Integrada de Lagoa alcançou enquanto foi dirigente do Conselho Executivo, proporcionando aos seus alunos um ensino de qualidade;

Proponho a atribuição de um voto de louvor ao Professor Eduíno Rego, como reconhecimento pelo seu contributo, em prol do desenvolvimento sócio educativo do concelho de Lagoa, enquanto Presidente do Conselho Executivo da Escola Básica e Integrada de Lagoa.”

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que concorda integralmente com o teor do Voto de Louvor apresentado e acrescentou que a dita e real simplicidade do Prof. Eduíno Rego e a sua postura foram, no seu entender, motivo para que aquela Escola continuasse a funcionar. Considera que se fosse com outro Conselho Executivo, talvez a Escola, por várias razões, já não funcionasse. O Prof. Eduíno Rego foi uma mais-valia para aquele Estabelecimento de Ensino, onde fez um trabalho exemplar, sendo importante que venha outro com o mesmo perfil.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

- 1.º Aprovar a atribuição de um Voto de Louvor ao Prof. Eduíno Manuel da Ponte Rego;
- 2.º Dar conhecimento deste Voto de Louvor ao Prof. Eduíno Manuel da Ponte Rego.

**PONTO N.º 4 – RELATÓRIO N.º 03/2018-FC/SRATC – AUDITORIA À RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS – MUNICÍPIOS DA RIBEIRA GRANDE, LAGOA E VILA FRANCA DO CAMPO (AÇÃO N.º 17-201FC1):**

Pelo Tribunal de Contas foi presente o ofício 1132-ST, de 02 de julho de 2018, sobre a auditoria à recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos – Municípios da Ribeira Grande, Lagoa e Vila Franca do Campo (Ação n.º 17-201FC1), que abaixo se transcreve:

“Por este meio, fica V. Ex.<sup>a</sup> notificado(a) da aprovação, em sessão de 28-06-2018, do relatório mencionado em epígrafe, o qual se anexa, alertando-se, ainda, para os efeitos do disposto na alínea o) do n.º 2 do artigo 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que quanto ao relatório apresentado pelo Tribunal de Contas, não há nada a opor. O Jornal Açoriano Oriental publicou, no passado dia 11 de julho, um artigo “Tribunal de Contas recomenda que empresa de recolha de resíduos urbanos seja extinta” e questionou qual a posição da Câmara Municipal de Lagoa sobre este assunto.

O Senhor Vice-Presidente respondeu que este relatório foi presente nesta reunião para conhecimento e será submetido à Assembleia Municipal. Posteriormente, os três Municípios envolvidos neste processo, Lagoa, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo, vão tomar uma decisão sobre o caminho a seguir e uma posição em relação à 2.ª recomendação formulada pelo Tribunal de Contas “ponderar a extinção da empresa local intermunicipal EIRSU – EIM, S.A.”, a qual será dada conhecimento ao Tribunal de Contas, até 31-12-2018.

O Senhor Vereador Nelson Santos apresentou um breve enquadramento ao relatório apresentado pelo Tribunal de Contas sobre a auditoria à recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos dos Municípios da Ribeira Grande, Lagoa e Vila Franca do Campo. Informou que a recomendação de extinção da empresa se fundamenta na circunstância da EIRSU – EIM, S.A., exercer uma atividade de mero intermediário dos Municípios participantes. Quanto à fiscalização e controlo sobre a atividade do prestador de serviços, informou que é feita por trabalhadores de cada Câmara Municipal, como foi entendimento, uma vez que em cada Concelho há um sistema de recolha diferente. Em breve, será marcada uma reunião na EIRSU – EIM, S.A. para análise da situação e da decisão a tomar.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que, em tempos, já foi analisada a hipótese se seria boa prática a EIRSU – EIM, S.A. pagar os serviços à Recolte ou ter os seus próprios meios para realizar o serviço. Opinou que poderá ser, eventualmente, outra forma de se gerir este assunto, sendo não pela extinção da EIRSU – EIM, S.A., mas sim pelo contrato que existe com o operador privado.



Acrescentou que este assunto só está presente nesta reunião, porque se tomou uma decisão que, no seu entender, nunca foi acertada, que foi delegar os serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos deste Concelho a um serviço externo. Se na altura a Câmara Municipal de Lagoa tivesse continuado a executar aqueles serviços, com os equipamentos e os trabalhadores que tinha, hoje não estaríamos a falar sobre este assunto. Na realidade, o facto de este serviço ter passado para fora do domínio do Concelho, não trouxe benefícios, nem redução de custos com o pessoal.

O Senhor Vice-Presidente referiu que essa foi uma decisão tomada na altura, com base num determinado contexto municipal e temporal. Agora será reavaliada a posição a tomar para o futuro, salvaguardando o interesse público e as contas públicas.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dar conhecimento à Assembleia Municipal do relatório n.º 03/2018-FC/SRATC, referente à auditoria à recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos – Municípios da Ribeira Grande, Lagoa e Vila Franca do Campo (Ação n.º 17-201FC1), para efeitos do previsto na alínea g) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

## **EDUCAÇÃO E CULTURA:**

### **PONTO N.º 5 – PROJETO DE REGULAMENTO DO MUSEU DE LAGOA – AÇORES:**

Foi presente o Projeto de Regulamento do Museu de Lagoa – Açores que tem como desígnio a definição de um corpo normativo para o Museu de Lagoa – Açores, instituição de carácter permanente aberta ao público e sem fins lucrativos, ao serviço da comunidade e do seu desenvolvimento, que para o cumprimento daquele propósito é dotada de uma estrutura que lhe permite adquirir, conservar, estudar e exibir um conjunto de bens culturais com objetivos educativos, científicos e lúdicos.

O Senhor Vice-Presidente passou a palavra à Senhora Vereadora Albertina Oliveira, responsável por esta área, para apresentar o presente assunto.

A Senhora Vereadora Albertina Oliveira apresentou e explicou o Projeto de Regulamento do Museu de Lagoa – Açores. Referiu que este projeto surge com o propósito de integrar todos os Museus e Núcleos Museológicos existentes no Concelho de Lagoa, quer da tutela Camarária, quer de gestão privada, com o propósito de qualificar a oferta cultural do Concelho. Para além disso, a estrutura do Museu de Lagoa – Açores poderá integrar a Rede Portuguesa de Museus que será uma mais-valia para o Concelho, nomeadamente, a nível de formação.

Mais informou que o objetivo futuro será de criar uma bilheteira que se fixará no Convento de Santo António e também funcionará on-line, com o preçário dos bilhetes apresentado no ponto 6 e com vantagens para os visitantes.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou quais os Núcleos Museológicos que farão parte da estrutura do Museu de Lagoa.

A Senhora Vereadora Albertina Oliveira informou que os Núcleos Museológicos da tutela Camarária que constituem a estrutura do Museu de Lagoa são o Convento de Santo António, o Núcleo Museológico da Casa do Romeiro, a Casa da Cultura Carlos César, o Núcleo Museológico do Cabouco e a Merceria Central – Casa Tradicional. Integram também a referida estrutura, como entidades parceiras, a Coleção Visitável da Matriz de Lagoa e os Núcleos Museológicos da Ribeira Chã, ambos sob alçada das respetivas Paróquias, o Centro Cultural da Caloura e a Tenda do Ferreiro Ferrador, de competência privada, e o Observatório Vulcanológico e Geotérmico dos Açores, coordenado pela respetiva Associação.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que, em sua opinião, é fundamental dinamizar os Núcleos Museológicos da Ribeira Chã. Referiu que em tempos fazia parte a Tenda da Tanoaria e questionou se vai ser englobada. Sugeriu também a integração da visita às Igrejas do Concelho.

A Senhora Vereadora Albertina Oliveira informou que em relação aos Núcleos Museológicos da Ribeira Chã foi criada uma equipa e estão a trabalhar em todo este processo de reestruturação, prevendo-se a abertura do Museu de Arte Sacra até ao final do presente ano e a restante reestruturação será efetuada em 2019, não se prevendo a sua conclusão, dada a sua complexidade, que exige ainda serviço de investigação. Sobre a Tenda da Tanoaria, informou que já houve uma reunião com os proprietários e estão em negociações. Quanto à integração da visita às Igrejas do Concelho, informou que esta estrutura do Museu de Lagoa não está fechada, podendo integrar outras Instituições, no futuro.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que este documento foi feito com rigor e atenção, no entanto, em seu entender, os Núcleos Museológicos que irão compor o Museu de Lagoa – Açores, ainda não têm expressão suficiente para se cobrar bilhetes de entrada. Os Núcleos Museológicos são dispersos entre si e, em sua opinião, considera isso um problema. Sugeriu, que numa primeira fase, num período temporal de dois anos, não fosse aplicado a cobrança de bilhetes. Depois de criada a imagem que no Concelho de Lagoa existe um Museu com vários Núcleos Museológicos e devidamente divulgado, aí sim, podia-se aplicar a cobrança de bilhetes.

A Senhora Vereadora Albertina Oliveira respondeu que em todos os Museus existe bilheteira e são pagas as entradas, até como forma de valorizar os respetivos espaços Museológicos.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado acrescentou mais duas observações ao Projeto de Regulamento apresentado. Primeira, a distinção de horário de inverno e horário de verão e expôs que, em seu entender, deveria ser aplicado um horário uniforme para todo o ano, para não criar confusões. A segunda observação está relacionada com as exceções à obrigatoriedade de adquirir bilhete de ingresso, que não inclui pessoas com mobilidade condicionada ou portadores de deficiência.

A Senhora Vereadora Albertina Oliveira respondeu que este Projeto de Regulamento foi elaborado com base num documento que foi feito para os Museus da Região e são aplicados aqueles horários. Quanto à segunda observação, informou que não tem conhecimento que haja essa especificidade em outros Regulamentos de Museus da Região. Acrescentou que tem conhecimento que os respetivos serviços têm de criar condições acessíveis a pessoas com mobilidade reduzida e a Câmara Municipal está a criar essas condições de acessibilidade.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado exemplificou que o preçário do Complexo “Piscinas Naturais da Lagoa” para a época Balnear 2018, contempla uma redução do preço a pagar pelos portadores de deficiência.

O Senhor Vice-Presidente referiu que ficam registadas as observações apresentadas e os esclarecimentos prestados.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira:

1.º Concordar com o Projeto de Regulamento do Museu de Lagoa – Açores;

2.º Submeter à apreciação pública o Projeto do referido Regulamento, nos termos do Código de Procedimento Administrativo, pelo prazo de 30 dias, contados da data da publicação do aviso no Diário da República II Série;

3.º Encarregar os respetivos serviços de darem o devido andamento.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado justificou a sua abstenção, porque, em seu entender, as observações que fez eram pertinentes e não obtiveram a devida recetividade. Tem de haver discriminações positivas em determinadas situações e isto não se verifica neste Projeto de Regulamento, por isso não tem razões para votar a favor.

#### **PONTO N.º 6 – PROPOSTA – ALTERAÇÃO AOS PREÇOS DE ENTRADAS NOS NÚCLEOS MUSEOLÓGICOS:**

Foi presente a proposta de alteração aos preços de entradas nos Núcleos Museológicos, da Tabela de Preços do Município de Lagoa-Açores, que abaixo se transcreve: “De acordo com o Projeto de Regulamento do Museu de Lagoa – Açores, propõe-se a alteração do artigo 2.º da Tabela de Preços, em vigor nesta Câmara Municipal.

Os preços por bilhete são os seguintes:

- a) Entrada em todos os Núcleos: 5,00€;
- b) Entrada num único Núcleo: 2,00€;
- c) Grupos de 10 ou mais pessoas (1,00€ por membro do grupo para entrada num Núcleo, 3,00€ para entrada em todos os Núcleos).

Os referidos preços só serão aplicados, com a entrada em vigor do Regulamento do Museu de Lagoa – Açores.”

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que, em sua opinião, a proposta que o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado apresentou faz todo o sentido. O Museu de Lagoa – Açores está a ser criado e não seria de todo descabido admitir, numa primeira fase, essa hipótese de não pagar os bilhetes de entrada.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que já transmitiu a sua opinião, no ponto anterior. Reforçou que atendendo que esta estrutura do Museu de Lagoa não está fechada e poderá englobar outros Núcleos Museológicos, nesta fase de preparação, pensar em tarifários é descabido e não faz sentido. Disse, ainda, que equacionando essa bilheteira vir a surgir, em seu entender, deveria de ser acompanhada de algo em troca que não fosse só o ingresso. Citou, por exemplo, um íman ou algo que a pessoa levasse de recordação.

A Senhora Vereadora Albertina Oliveira respondeu que haverá uma loja onde serão vendidos, nomeadamente, bonecos de presépio produzidos pelos artesãos do Concelho e outros produtos de merchandising.

O Senhor Vice-Presidente referiu que fica registada a opinião apresentada pelo Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado, que poderá no futuro ser associada a uma determinada data e utilizada pontualmente.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do Partido Socialista, o voto contra do Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado e a abstenção do Senhor Vereador Roberto Oliveira:

1.º Concordar com a proposta apresentada e aprovar os respetivos valores, de acordo com a alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Dar a devida publicidade, através de Edital.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado justificou que votou contra porque o tarifário nesta fase é impensável. Este poderá ser equacionado noutra fase, mas nunca neste momento.

#### **UNIDADE ORGÂNICA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL:**

#### **SUBUNIDADE ORGÂNICA EXPEDIENTE GERAL, CONTRATAÇÃO PÚBLICA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS:**

**PONTO N.º 7 – DESPACHO - ADJUDICAÇÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DOS BARES DO FESTIVAL CALOURA BLUES, NA BAIXA D'AREIA, EM ÁGUA DE PAU – ZONA A:**

Na sequência do processo de hasta pública que foi presente na reunião da Câmara Municipal, de 15 de junho de 2018, foi presente o despacho que abaixo se transcreve:

“Relativamente ao procedimento concursal para cessão do direito de exploração de bares do Festival Caloura Blues – Zona A e no uso das minhas competências legais, proponho o seguinte:

1.º Adjudicar o direito de exploração de bares do Festival Caloura Blues – Zona A, a Hélder Aguiar ponte Restauração Unipessoal Lda. (Republic Bar), pelo valor de 1.500,00€ acrescido do IVA e nos termos da proposta apresentada.

2.º Encarregar os respetivos serviços de dar andamento ao processo.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Adjudicar o direito de exploração de bares do Festival Caloura Blues – Zona A, a Hélder Aguiar Ponte Restauração Unipessoal Lda. (Republic Bar), pelo valor de 1.500,00€ acrescido do IVA e nos termos da proposta apresentada;

2.º Encarregar os respetivos serviços de dar andamento ao processo.

**PONTO N.º 8 – DESPACHO - ADJUDICAÇÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE BAR DO FESTIVAL CALOURA BLUES, NA BAIXA D'AREIA, EM ÁGUA DE PAU – ZONA B:**

Na sequência do processo de hasta pública que foi presente na reunião da Câmara Municipal, de 15 de junho de 2018, foi presente o despacho que abaixo se transcreve:

“Relativamente ao procedimento concursal para cessão do direito de exploração de bar do Festival Caloura Blues – Zona B e no uso das minhas competências legais, proponho o seguinte:

1.º Adjudicar o direito de exploração de bar do Festival Caloura Blues – Zona B, a Hélder Aguiar ponte Restauração Unipessoal Lda. (Republic Bar), pelo valor de 750,00€ acrescido do IVA e nos termos da proposta apresentada;

2.º Encarregar os respetivos serviços de dar andamento ao processo.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Adjudicar o direito de exploração de bar do Festival Caloura Blues – Zona B, a Hélder Aguiar ponte Restauração Unipessoal Lda. (Republic Bar), pelo valor de 750,00€ acrescido do IVA e nos termos da proposta apresentada;

2.º Encarregar os respetivos serviços de dar andamento ao processo.

**SUBUNIDADE ORGÂNICA DE CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO:**

Por impedimento legal, na discussão e aprovação do processo abaixo mencionado, o Senhor Vereador Fernando Jorge Ventura Moniz, ausentou-se da reunião, de acordo com o n.º 6 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**PONTO N.º 9 – PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE DUODÉCIMOS – CLUBE OPERÁRIO DESPORTIVO – RATIFICAÇÃO:**

Pela Direção do Clube Operário Desportivo foi presente o pedido de antecipação de duas mensalidades referentes aos meses de setembro e dezembro, do contrato – programa de 2018, celebrado entre esta Câmara Municipal e aquele Clube Desportivo.

Pela Senhora Presidente da Câmara foi exarado, em 27 de junho de 2018, o seguinte despacho: “Autorizado. À reunião para ratificação.”

A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, ratificar o despacho exarado pela Senhora Presidente da Câmara, em 27 de junho de 2018, de acordo com o n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Senhor Vereador Fernando Jorge Ventura Moniz regressou à sala a fim de poder continuar a participar na presente reunião.

**SUBUNIDADE ORGÂNICA DE TESOURARIA:****PONTO N.º 10 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA:**

Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria do dia 12 de julho do ano em curso que apresenta um saldo de Dotações Orçamentais de 707.186,86 € (setecentos e sete mil cento e oitenta e seis euros e oitenta e seis cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

**UNIDADE ORGÂNICA GESTÃO URBANA E DE INFRAESTRUTURAS:****SUBUNIDADE ORGÂNICA DE OBRAS PARTICULARES E LOTEAMENTOS:**

**PONTO N.º 11 – PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE - FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO:**

Foi presente à Câmara o requerimento apresentado por Paulo Jorge Raposo Faria e Patrícia Isabel Machado de Sousa Faria, residentes na Canada do Boqueirão, freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho de Lagoa - Açores, solicitando nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, parecer sobre a constituição de compropriedade do prédio rústico sito ao Boqueirão, freguesia de Nossa Senhora do Rosário, deste Concelho, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa sob o número 3463/20110905 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 209 Seção H.

Após análise do pedido e informação técnica que abaixo se transcreve:

“Relativamente ao assunto em epígrafe cumpre-me informar do seguinte:

Os requerentes requerem parecer favorável nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, referente à aquisição, em regime de compropriedade, de um prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 209 e seção H da freguesia de Rosário.

A referir que do pedido de doação do aludido prédio, não resulta parcelamento físico, nem jurídico do mesmo, ou que a presente constituição de compropriedade possa contrariar um qualquer instrumento de gestão territorial, ao abrigo do número 2 do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na sua atual redação.

O Gabinete Técnico desta autarquia nada tem a opor à constituição da compropriedade.”

A Câmara deliberou, por unanimidade, não haver inconveniente no pedido acima indicado.

**PONTO N.º 12 – PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE - FREGUESIA DA RIBEIRA CHÃ:**

Foi presente à Câmara o requerimento apresentado por Rui Sousa Melo, com escritório na Rua Tavares de Resende n.º 189-1.º Andar, freguesia de São José, Concelho de Ponta Delgada, na qualidade de mandatário dos Herdeiros de Maria Rosa Júlio Couto Medeiros Lima, solicitando nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, parecer sobre a constituição de compropriedade do prédio rústico sito à Rua da Igreja, freguesia da Ribeira Chã, deste Concelho, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa sob o número 234/19951122 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 75 Seção D.

Após análise do pedido e informação técnica que abaixo se transcreve:

“Relativamente ao assunto em epígrafe cumpre-me informar do seguinte:

O requerente requer parecer favorável nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, referente à partilha amigável de um prédio, em regime de compropriedade, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo matricial n.º 75 e seção D da freguesia da Ribeira Chã.

À que referir do pedido de partilha do aludido prédio, não resultar parcelamento físico, nem jurídico do mesmo, ou que a presente constituição de compropriedade possa contrariar um qualquer instrumento de gestão territorial, ao abrigo do n.º 2 do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na sua atual redação.

O Gabinete Técnico desta autarquia nada tem a opor à constituição da compropriedade.”

A Câmara deliberou, por unanimidade, não haver inconveniente no pedido acima indicado.

#### **DEPOIS DA ORDEM DO DIA:**

#### **ALTERAÇÃO DE DATAS DE REUNIÕES DA CÂMARA MUNICIPAL:**

O Senhor Vice-Presidente propôs a alteração das datas das seguintes reuniões da Câmara Municipal, de forma a permitir uma melhor organização dos Serviços. Assim, a reunião agendada para o dia 27 de julho passará para o dia 26 de julho, às 14:00 horas. As reuniões agendadas para os dias 7 e 21 de setembro passarão para os dias 6 e 25 de setembro, pelas 09:00 horas, e a reunião agendada para o dia 2 de novembro será antecipada para o dia 31 de outubro, pelas 09:00 horas.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Concordar com as alterações propostas;

2.º Dar a necessária publicidade à presente deliberação por afixação de editais em lugares de estilo.

#### **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:**

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta, a fim das respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos.



**ENCERRAMENTO:**

E não havendo mais nada a tratar, sendo 10:30 horas, foi pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida foi aprovada e assinada nos termos da Lei.

E eu  , Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, a redigi e assino.

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL



RICARDO NUNO FERREIRA MARTINS MOTA